

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POLÍTICAS SOCIAIS ENTRE LUTAS E RESISTÊNCIAS EM CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL.

Rodrigo Diniz, PUC - São Paulo; Doutor; rodiniz@gmail.com.br

Coordenador

Natalia do Nascimento, PUC –São Paulo; Mestranda, nanascimento1985@gmail.com

Carla Cristina Kawanami, PUC –São Paulo, Doutoranda carla.kawanami@gmail.com

Aline Lopes Leitão, PUC – São Paulo, Mestranda, alinesocial@hotmail.com

Clenivalda França dos Santos, PUC – São Paulo, Doutoranda, clenivaldasantoss@gmail.com

EMENTA (da mesa)

A mesa tem como objetivo analisar as políticas sociais em meio à crise do capital, considerando a reestruturação produtiva, novas tendências do trabalho e seus impactos na precarização das condições de vida, saúde e trabalho da classe trabalhadora. Destaca a conjuntura brasileira, marcada pela ascensão da extrema direita e seus efeitos para a promoção da austeridade e ajuste fiscal, ataque à democracia, seguridade social e políticas sociais. O foco das reflexões está na crise da previdência social e no trabalho dos assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, ressaltando o desmantelamento das políticas sociais e o ataque aos direitos sociais da classe trabalhadora. Isso é resultado direto do estágio atual do capitalismo e das exigências feitas ao Estado burguês, afetando tanto os usuários dos serviços públicos quanto os trabalhadores do Estado, com destaque para os assistentes sociais da Previdência Social. Além disso, a mesa busca discutir a saúde dos trabalhadores após a pandemia da COVID-19, com ênfase na promoção da saúde a partir do território, identificando situações de desproteção, limites e esgotamento de segurança. Questiona-se o discurso do autocuidado individualizado, medicalizante e culpabilizador dos trabalhadores, defendendo a compreensão do cuidado como uma prática resultante da efetivação de direitos e da construção coletiva de uma classe. Outro aspecto abordado é a precarização na Política de Assistência Social, que vem sendo corroída ao longo do tempo. Destaca-se a importância da Vigilância Socioassistencial como função essencial no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na produção de conhecimento sobre a realidade social dos territórios e no trabalho de proteção social, que tem sido prejudicado pelo contexto de desmonte na seguridade social brasileira. Busca-se ressaltar a estreita relação entre a vigilância socioassistencial e o território como um espaço de resistência e luta para produção de conhecimento e informações próximas à realidade socioterritorial. Por fim, aborda-se a Política de Habitação na cidade de São Paulo, identificando as mudanças ocorridas com a terceirização na execução dos programas e o impacto no trabalho dos profissionais de serviço social entre 1989 e 2004, assim como as consequências do modelo terceirizado no trabalho social de habitação na Secretaria de Habitação - Sehab.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Crise do Capital. Previdência Social. Trabalho. Saúde do trabalhador. Vigilância Socioassistencial. Habitação.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ABSTRACT

The table aims to analyze social policies in the midst of the capital crisis, considering productive restructuring, new work trends and their impacts on the precariousness of living, health and work conditions of the working class. It highlights the Brazilian situation, marked by the rise of the extreme right and its effects on the promotion of austerity and fiscal adjustment, attack on democracy, social security and social policies. The focus of the reflections is on the social security crisis and on the work of social workers at the National Institute of Social Security - INSS, emphasizing the dismantling of social policies and the attack on the social rights of the working class. This is a direct result of the current stage of capitalism and the demands made on the bourgeois State, affecting both public service users and State workers, with emphasis on Social Security social workers. In addition, the table seeks to discuss the health of workers after the COVID-19 pandemic, with an emphasis on promoting health from the territory, identifying situations of lack of protection, limits and security exhaustion. The discourse of individualized, medicalizing and blaming workers' self-care is questioned, defending the understanding of care as a practice resulting from the realization of rights and the collective construction of a class. Another aspect addressed is the precariousness of the Social Assistance Policy, which has been eroded over time. The importance of Social Assistance Surveillance is highlighted as an essential function in the Unified Social Assistance System - SUAS, in the production of knowledge about the social reality of the territories and in the work of social protection, which has been hampered by the context of dismantling Brazilian social security. It seeks to emphasize the close relationship between socio-assistance surveillance and the territory as a space of resistance and struggle for the production of knowledge and information close to the socio-territorial reality. Finally, the Housing Policy in the city of São Paulo is addressed, identifying the changes that occurred with outsourcing the execution of programs and the impact on the work of social service professionals between 1989 and 2004, as well as the consequences of the outsourced model in the housing social work at the Housing Secretariat - Sehab.

Keywords: **Keywords:** Social Policies. Capital Crisis. Social Security. Work. Worker's health. Social Assistance Surveillance. Housing.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



EXPRESSÕES DA CRISE DO CAPITAL SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO INSS.

Natalia do Nascimento¹

RESUMO

O texto procura relacionar a atual fase de desenvolvimento do capitalismo e sua crise estrutural com o desmonte das políticas sociais brasileiras nos últimos anos e as consequências sobre os processos de trabalho de trabalhadoras/es inseridas/os nestas políticas, partindo de processos mais gerais identificados junto às relações de trabalho do conjunto da classe trabalhadora, determinados pela precarização estrutural do trabalho em nível mundial, enquanto exigência da própria dinâmica de expansão do capital. Além disso, objetiva capturar as expressões destes processos na particularidade do trabalho de assistentes sociais do INSS. O Estado, neste contexto, não só se mantém com a tarefa de prover a reprodução social de trabalhadores/as via políticas públicas – em níveis cada vez mais precários – como se transforma em um importante nicho para realização da valorização do valor e financiamento do capital ao destinar-lhe amplas cifras do fundo público.

Palavras-chave: Crise capitalista. Previdência social. Trabalho profissional

ABSTRACT

The text seeks to relate the current phase of development of capitalism and its structural crisis with the dismantling of Brazilian social policies in recent years and the consequences on the work processes of workers inserted in these policies, starting from more general processes identified with to the labor relations of the working class as a whole, determined by the structural precariousness of work worldwide, as a requirement of the very dynamics of capital expansion. In addition, it aims to capture the expressions of these processes in the particular work of INSS social workers. The State, in this context, not only maintains the task of providing for the social reproduction of workers via public policies – at increasingly precarious levels – but also becomes an important niche for realizing the valorization of value and capital financing by allocating large sums from the public fund to it.

¹ Assistente Social, mestranda no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC –São Paulo, nanascimento1985@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Keywords: Capitalist crisis. Social Security. Professional work

1 INTRODUÇÃO

O terreno sobre o qual se pretende edificar este texto parte da análise sobre os sucessivos ataques aos direitos sociais da classe trabalhadora nas últimas décadas, em razão da adoção de uma agenda neoliberal na formulação e operacionalização das políticas sociais, sobretudo às relacionadas ao direito ao trabalho e às políticas de seguridade social de previdência e assistência social, materializados sob o conjunto de contrarreformas executadas no país no último período.

Parte-se da premissa de que o processo de desmonte das políticas sociais, e consequente ataque aos direitos sociais da classe trabalhadora, é determinado diretamente pela atual fase de desenvolvimento do capitalismo e de suas exigências feitas ao Estado burguês, (com vias a recompor as taxas de lucro do capital), que traz implicações para o conjunto de trabalhadores - tanto para a população usuária dos serviços públicos quanto para as/os trabalhadoras/es do Estado - em relação aos seus processos e condições de trabalho, a partir dos rebatimentos da reestruturação produtiva do capital sobre a precarização estrutural do trabalho e sobre o processo de contrarreforma do Estado e seus impactos no acesso à política social de Previdência Social pelas/os trabalhadoras /es usuárias/os deste serviço.

Neste sentido, pretende-se ainda analisar em que medida a precarização estrutural do trabalho, que é fruto das transformações econômicas, políticas e ideológicas vigentes, se expressa no espaço sócio ocupacional da/do assistente social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) junto à política de previdência social, materializada em suas condições de trabalho e na práxis profissional de assistentes sociais no INSS, sendo esta a especificidade do objeto de estudo delimitado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A pesquisa que se encontra em curso junto ao Programa de Pós Graduação da PUC – SP pretende analisar os rebatimentos dos processos citados sobre o trabalho de assistentes sociais inseridos na política de Previdência Social do Regime Geral de Previdência Social à luz de elementos como: a alienação do trabalho na cotidianidade e seu estranhamento, a reificação tecnicista, a dinâmica laboral racionalizadora, a burocratização da práxis profissional e o gerencialismo mercadológico - que permeia a gestão do trabalho no Estado brasileiro - o produtivismo, a informatização crescente nos processos de trabalho, o trabalho remoto e o papel ambivalente que cumprem as tecnologias de informação e comunicação em tais processos.

2 AS POLÍTICAS SOCIAIS E SUAS PARTICULARIDADES NOS DIFERENTES CONTEXTOS CONJUNTURAIS E ECONÔMICOS.

Residem na relação entre capital – trabalho, os elementos e desdobramentos que explicitam a relação contraditória das políticas sociais e o caráter do Estado no capitalismo, o qual fora caracterizado por Marx e Engels como um “*comitê de gerenciamento dos interesses da burguesia*”, evidenciando seu caráter de classe em contraposição às concepções que defendiam uma pretensa neutralidade do Estado, situando-o como uma espécie de “árbitro da luta de classes” muito corrente em parte dos estudos sociológicos e do Serviço Social no século passado.

Por outro lado, a compreensão marxiana de Estado seguiu dialeticamente mantida e atualizada através dos estudos de Lênin, o qual situa a consolidação de um processo de financeirização no interior do capitalismo apontando uma tendência de prevalência da burguesia financeira sobre suas demais frações, o que se consolidou décadas depois sob a forma do que chamamos de capital financeiro.

Neste sentido, a ambivalência que tangencia as políticas sociais no âmbito das relações sociais capitalistas evidencia-se à medida que essas políticas não só contribuem para a manutenção das relações capitalistas de produção - ao garantir

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



condições adequadas para atendimento das demandas de reprodução ampliada do capitalismo - mas também carregam em si a possibilidade de ser instrumento passível de atendimento das necessidades sociais coletivas dos/das trabalhadores/as ainda que, em muitas das vezes, isto se concretize de maneira parcial, fragmentada, insuficiente e balizada pela mercantilização dos direitos sociais, a despeito do atual contexto de crise estrutural do capital. Nas palavras de Granemann:

As políticas sociais surgem como respostas para as demandas resultantes do ingresso da classe operária no cenário político quando de sua constituição como classe para si. As políticas sociais decorrem, então, do protagonismo dos trabalhadores, de suas lutas, por melhores condições de vida e trabalho. Contraditoriamente, sua existência não responde unicamente ao trabalho: converte-se também em respostas ao capital, tanto em tempos de crescimento econômico como em dias de crise. Sua existência está centralmente ligada ao trânsito do capitalismo ao período denominado monopolista. (GRANEMANN, 2011, p.1).

Portanto, a intervenção combinada do Estado, que passa a articular as funções econômicas e as políticas sob o capitalismo monopolista, é o principal *lócus* da política social, comportando-se então como um dos protagonistas na garantia dos meios para a reprodução da força de trabalho e para a manutenção das taxas de lucro do capital.

Tomando o período subsequente ao término da segunda guerra mundial, explicitou-se o início de uma etapa de crescimento econômico, que repercutiu no âmbito da divisão social do trabalho em nível mundial, destacando-se a organização fordista-taylorista do trabalho nas esferas produtivas e sua expressão na esfera do Estado a partir de sua gestão pautada pela política keynesiana de organização, o que convencionou-se chamar de Estado de Bem Estar Social, que admitia uma ampliação e aperfeiçoamento da proteção social nos marcos do capitalismo nos países de economia central para o capital. Neste sentido:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O trabalho vivo que se expandiu como necessário ao estágio do desenvolvimento capitalista produtivo, nos séculos XIX e XX, baseado nos fundamentos teóricos do taylorismo e do fordismo, propiciou a maior produção da mais-valia com a maior exploração da força de trabalho e, contraditoriamente, concorreu para a maior organização dos trabalhadores, impulsionando suas lutas por direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. (CARTAXO; CABRAL. 2021, p. 52).

No entanto, o que observou-se no período subsequente foi o início de uma crise estrutural do capitalismo, a partir de meados da década de 1970 que, ao exigir estratégias para a recuperação de suas taxas de lucro, passou a incorporar ações sistemáticas e generalizadas de ofensiva em relação aos direitos da classe trabalhadora, capitaneado pela esfera financeira do capitalismo, quer seja, através da constituição de uma nova forma de gestão e organização do trabalho a partir do toyotismo, inaugurando um período particular de exploração do trabalho vinculado a um processo de acumulação flexível do capital e da ampliação de velhas e novas modalidades de superexploração da força de trabalho determinadas pela nova divisão internacional do trabalho, implicando também no desmonte das políticas sociais.

Deste modo, este conjunto de transformações sociais produzidas pelo movimento de reorganização do capitalismo aponta para a destruição do trabalho protegido, visando flexibilizar as relações de trabalho e desregulamentar as proteções constituídas ao longo do século XX, além de proceder a uma ofensiva sobre as possibilidades de organização coletiva dos/das trabalhadores/as através de seus instrumentos de luta. Nas palavras de Raichelis:

Como consequência, aprofunda-se a tendência do capital de redução do número de trabalhadores contratados, gerando economia do trabalho vivo, potencializada pela incorporação em larga escala de tecnologias microeletrônicas poupadoras de força de trabalho. Amplia-se o desemprego estrutural além da precarização e deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido. (RAICHELIS; 2018, p.50-51)

Este processo de expansão globalizada do capital se expressa no campo político-ideológico e também econômico, através da formulação de políticas de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

caráter neoliberal, ditadas por organismos multilaterais capitalistas como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), a exemplo do Consenso de Washington, que na América Latina apontou para a implementação de medidas de arrocho fiscal e de corte nos gastos sociais, com uma forte característica de assistencialização e focalização das políticas sociais de Seguridade Social, na contramão de seu caráter universal.

Tais medidas proporcionaram um sequestro do fundo público, financiado em grande medida pela classe trabalhadora, uma vez que os recursos passam então a ser redirecionados para a apropriação direta pelo capital através da destinação de generosas fatias do orçamento público para seus mandatários, ou indiretamente, através da concessão de renúncias tributárias e fiscais pelo Estado em detrimento do atendimento das necessidades de reprodução social da força de trabalho da classe trabalhadora através das políticas sociais.

Além das renúncias tributárias, há que se considerar ainda a instituição do mecanismo de Desvinculação de Receitas da União (DRU), que incide diretamente sobre o orçamento da seguridade social, destinando tais recursos a diversas formas de socorro ao capital, sobretudo para o pagamento dos juros da dívida pública.

Compreender a composição de todas as fontes de financiamento do orçamento da seguridade social e o processo de desfinanciamento destas políticas na contemporaneidade devido o sequestro do fundo público que deveria financiá-las, nos parece fundamental para desmistificar a retórica amplamente difundida por sucessivos governos, com o auxílio dos diversos aparatos que atuam para a garantia da hegemonia burguesa, de que há deficit nas contas públicas – sobretudo em relação à Previdência Social – a fim de legitimar ideologicamente os atentados contra os direitos sociais, por meio de sucessivas contrarreformas ocorridas principalmente a partir da segunda metade da década de 1990.

No que tange às transformações impostas pela reestruturação produtiva do capital e suas estratégias neoliberais quanto à organização do trabalho no serviço público, nota-se que se instauraram novas formas de organização e gestão do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalho e da governança do Estado brasileiro, a partir de uma *ideologia gerencialista*, ancorada em conceitos de eficiência e eficácia no controle de resultados sob uma concepção de modernização conservadora, instituída por uma racionalidade política e governamental do capitalismo contemporâneo, sobretudo a partir dos governos Collor e de Fernando Henrique Cardoso (RAICHELIS, 2018).

Como resultados da adoção dessa nova racionalidade, temos assistido nas últimas três décadas, a privatização e a terceirização da prestação de serviços públicos, esta última aprofundada após a aprovação da Lei 13.249/2017, que regulamenta a terceirização de atividades-meio e fim no Brasil e a consequente redução do número de trabalhadores contratados por concurso público, articulados com o desfinanciamento das políticas sociais, sobretudo após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016, conhecida como PEC do Teto dos “Gastos” Públicos, que promove um congelamento do orçamento público por 20 anos.

Juntam-se a estes ataques a contrarreforma trabalhista (Lei nº 13.467 de 13/07/2017) e previdenciária (Emenda Constitucional nº 103 de 12/11/2019), promovendo um significativo retrocesso na conquista dos direitos sociais e uma acentuada piora nas condições de vida e trabalho dos/as trabalhadores/as brasileiros/as. Nesse sentido, Granemann nos oferece uma excelente síntese:

O processo de transformação que atinge a seguridade social, visto no conjunto de suas políticas, evidencia o movimento realizado no seu interior, que resultou em uma multiplicidade de intervenções que entrelaçou privatizações na saúde e na previdência, com expansão de transferência de renda, procedendo à mercantilização das políticas sociais em serviços privados e à redução dos sistemas de proteção social operados pelo Estado para programas e benefícios de ínfimos valores para os segmentos mais pauperizados. (GRANEMANN, 2009).

3 BREVES NOTAS SOBRE A POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A relação intrínseca entre o trabalho - enquanto elemento central da lei geral de acumulação capitalista - e a política de Previdência Social, que se constitui em um sistema de proteção social dos/das trabalhadores/as – evidencia-se à medida que a segunda objetiva – ou deveria – atender às necessidades sociais dos/das trabalhadores/as quando sua capacidade laborativa fica comprometida, caracterizando-se como política social de natureza diretamente contributiva e não universal.

Historicamente influenciada pelo modelo bismarckiano de previdência social, esta política no Brasil apresenta-se, desde suas origens, acessível a somente algumas parcelas de trabalhadores/as e, portanto, excludente, em que pesem os avanços em sua extensão e operacionalização introduzidos pela Constituição Federal em 1988, a exemplo da expansão de sua cobertura aos/ às trabalhadores/as rurais e trabalhadoras/es domésticas/os.

Apesar dos avanços trazidos pela Constituição Federal quanto à organização da seguridade social, o que sucedeu na sequência foram ataques sistemáticos à Previdência Social e às demais políticas sociais com o objetivo de atender às expectativas e interesses do capital financeiro, que orbitam em torno da disputa do fundo público de financiamento da seguridade social para o desenvolvimento capitalista, favorecendo também interesses relacionados à privatização e mercadorização das políticas sociais e a expansão dos fundos de pensão públicos e privados atendendo às expectativas do capital especulativo.

Na análise de Silva, os avanços quanto aos direitos sociais logrados com a constituição representaram, na perspectiva do neoliberalismo, “um desvio de rota” observado que:

Ao mesmo tempo em que se redigia e promulgava a Constituição Federal em 1988 era estabelecido o Consenso de Washington em 1989-90, sob a diretriz do Estado mínimo e do fomento do mercado. Ora, as conquistas democráticas da Carta de 1988 configuraram uma agenda político-social incompatível com a agenda de Washington [...] e o Brasil viveu a esquizofrenia de promover, com as conquistas democráticas, uma espécie de redenção pós-ditadura militar e, ao mesmo tempo, levar adiante o projeto de restauração burguesa. (SILVA, 2018, p.254).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nas últimas três décadas houve, portanto, um aprofundamento da lógica securitária de concepção da Previdência Social, pautada pelas exigências da agenda neoliberal em nome de um suposto “projeto de modernidade”, explicitando-se quando da criação do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em 1994, e no ano seguinte mediante a implementação do “Plano Diretor da Reforma do Estado” (PDRE/MARE, 1995), tratando-se da prescrição de uma contrarreforma do Estado, amplamente afinada com as formulações de Bresser Pereira, que à época estava à frente do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.148).

Dentre as características do referido Plano, podemos destacar que, ali, já se delineava o desmonte contínuo da política de Previdência Social, impactando o acesso aos direitos previdenciários e assistenciais, operacionalizados à população brasileira pelo INSS perpetrado pelos sucessivos atos infraconstitucionais e por emendas constitucionais - os quais convém denominarmos contrarreformas, no sentido do termo popularizado por Behring no conjunto de suas publicações sobre a temática - a exemplo das emendas constitucionais nº 20/1998 (Governo de Fernando Henrique Cardoso), nº 40/2003 (Governo Lula) e a mais recente nº 103/2019 (Governo Michel Temer).

Ou seja, realizadas por sucessivos governos de características distintas entre si, quer sejam neoliberal, social-democrata ou conservador – as contrarreformas da Previdência Social promoveram inúmeros ataques aos direitos previdenciários da população brasileira como a implementação do fator previdenciário no cálculo de benefícios, que oportunizou a redução de em média 30% no valor das aposentadorias concedidas, bem como as alterações subsequentes neste quesito, a exemplo da última contrarreforma que alterou as regras de cálculo da maior parte dos benefícios previdenciários, a fim de conceder benefícios em valores visivelmente mais rebaixados e mais próximos possíveis ao valor do salário-mínimo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Associado a isso, também evidencia-se a adoção de regras e métricas que impõem o aumento do tempo laborado e contribuído pelos cidadãos e a majoração da idade mínima para trabalhadores e trabalhadoras se aposentarem.

Trocando em miúdos, trata-se de forçar a expansão do prazo de validade da mercadoria força de trabalho para fins de exploração capitalista e o rebaixamento de seu valor em face de seu "desgaste" e da criação de fileiras mais amplas do exército industrial de reserva.

Conforme aponta Silva (2018 p. 250) tais ataques acabam punindo as pessoas idosas pelo aumento de sua longevidade ao retardar seu acesso às aposentadorias com o intuito de que as gozem pelo menor tempo possível. Isso se explicita, segundo o autor, a partir dos dados acerca da expectativa de vida das pessoas em alguns estados nordestinos, que variam em torno de 66 à 69 anos, bem como em regiões mais vulneráveis da cidade de São Paulo e região metropolitana (grande São Paulo), que chega à 58,3 anos como no bairro Cidade Tiradentes situado na periferia da zona leste de São Paulo, o que nos obriga a concluir que, boa parte da população desta região e de outras com características semelhantes, não conseguem viver o suficiente para gozar do direito à aposentadoria, ainda que muitas destas pessoas tenham iniciado suas vidas laborativas ainda no decurso da infância e adolescência.

Outra observação fundamental realizada por Silva acerca dos impactos das contrarreformas previdenciárias sobre a população, com destaque para os setores mais vulneráveis, se dá a partir da unificação de regras de acesso do regime geral com o regime jurídico único, de servidores públicos, pautado "por baixo" pela generalização das regras mais restritas de cada regime previdenciário.

Isto ocorre também em relação à tentativa de equiparação de regras de acesso aos direitos entre homens e mulheres, trabalhadores/as urbanos/as e trabalhadores/as rurais e a extinção de modalidades de aposentadoria especiais voltadas para trabalhadores/as que exercem atividades insalubres e com risco à

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



saúde física e mental, desconsiderando as particularidades de cada um destes segmentos populacionais, estimulando a oposição entre estes setores:

Retoma-se o discurso que opõem os trabalhadores do setor privado aos trabalhadores do setor público, os trabalhadores urbanos aos rurais, crianças aos idosos, os homens às mulheres, os contribuintes aos não contribuintes, dissimulando o antagonismo principal entre capital e trabalho. (SILVA, 2018, p. 249-250).

Desde sua regulamentação pela Constituição Federal, no entanto, a política de previdência social passou por diversos ataques visando a retração de sua amplitude e das garantias sociais, o que provocou uma redução sistemática de sua cobertura e acesso no decorrer dos anos, bem como beneficiou a ampliação dos fundos de pensão públicos e privados, para atender aos interesses da acumulação do capital.

4 A RELAÇÃO ENTRE O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O DESMONTE DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES NO TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO INSS.

Além de situar o atual ciclo de acumulação capitalista, seu vínculo íntimo com as políticas sociais e o particular desmonte das mesmas no contexto atual, enquanto exigência da própria dinâmica de expansão do capital, é fundamental inscrever, tendo em vista o tema do artigo, o atual *locus* de inserção profissional da/do assistente social, historicizando o caráter que o trabalho profissional assume na sociedade burguesa e suas particularidades.

Neste sentido, situamos o Serviço Social enquanto expressão do trabalho coletivo, sob a forma de trabalho social especializado, cuja operacionalização se dá fundamentalmente no âmbito das políticas sociais estatais, situado enquanto trabalho em serviços.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Demarcar a característica de assalariamento do trabalho do Serviço Social e seu constante processo de proletarização, a partir das profundas transformações que ocorreram - e seguem ocorrendo - no interior do modo de produção capitalista, é determinante sobre a maneira com que as/os assistentes sociais vendem sua força de trabalho e experienciam as condições de trabalho às quais estão submetidas/os em seu exercício profissional.

De forma que, nos parece fundamental apreender as características que este tipo de trabalho assume, considerando suas dimensões de totalidade, singularidade e particularidade, em seu processo constitutivo. Nas palavras de Trindade:

[...] as prerrogativas profissionais não são abstratas, mas determinadas pelas condições em que se organiza a divisão sociotécnica do trabalho e também as contradições que a permeiam: as condições concretas das políticas sociais, a política econômica, a organização dos trabalhadores e a luta por direitos, a destinação do fundo público, a cultura institucional, as condições de assalariamento no trabalho nos serviços, dentre outros (TRINDADE, 2015, p.62).

Nossa hipótese é de que tais transformações no terreno das políticas sociais de atuação da/o assistente social, acabam por imprimir uma nova morfologia do trabalho profissional, que incide objetivamente num maior tensionamento entre o projeto ético-político profissional e as determinações impostas pelo trabalho assalariado, que recorrentemente *“impõem limites cada vez mais estreitos à relativa autonomia profissional na implementação deste projeto, subordinando assistentes sociais aos estrangimentos da alienação e reificação nas relações de trabalho”* (RAICHELIS, 2018, p.29), implicando na *“modificação do conteúdo, da forma, dos significados e da direção social do trabalho dos assistentes sociais”* (idem, 2018, p. 16-17).

Neste sentido, evidencia-se que o trabalho da/do assistente social por sua vez não é incólume a essa dinâmica racionalizadora, o que fica comprovado através da constante redução de sua autonomia profissional, já relativa por princípio, da rotinização de atividades e padronização de processos interventivos, bem como

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

pela crescente informatização dos seus processos de trabalho, implementada como mecanismo de aumento da produtividade na execução do trabalho técnico.

Raichelis (2018, p. 59) destaca que a intensificação do trabalho no âmbito da profissão, *“ganha concretude no [aumento] do ritmo e na da velocidade do trabalho, na polivalência e multiatividade, na cobrança de metas de produtividade e no maior volume de tarefas”*.

Tais elementos nos parecem bastante presentes no trabalho dos assistentes sociais no INSS, dadas as ferramentas avançadas de controle da execução do trabalho, mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação e de um estruturado programa de cobrança de metas por produtividade, além da intensa informatização do trabalho e do esvaziamento recorrente de seu conteúdo técnico-operativo, do aumento constante do número de avaliações sociais diárias exigidas, não sendo raro a imposição de realização de trabalho de caráter essencialmente administrativo, estranho às atribuições profissionais das/os assistentes sociais.

Para além disso, há o agravante – no caso de trabalhadores/as inseridos/as no regime jurídico único em nível federal - do descumprimento da jornada de trabalho garantida por lei às/aos assistentes sociais conforme a Lei nº 12.317/ 2010.

Essas determinações impõem às/aos assistentes sociais, de modo geral, desafios cotidianos à sua capacidade teórica de desvelar o aparente, contra a tendência de banalização e alienação da prática profissional, requerendo atenção quanto aos riscos de adoção das demandas institucionais enquanto atribuições profissionais, as quais muitas vezes são inconciliáveis com o projeto ético-político da profissão (MOREIRA, 2015).

Historicizando a trajetória do Serviço Social na Previdência Social, SILVA, M.L. (2015) apresenta uma importante síntese sobre suas influências teórico-metodológicas que, em linhas gerais, acompanharam as transições de concepções e a trajetória do Serviço Social brasileiro:

Assim, nestes 70 anos de existência, o Serviço Social transitou da intervenção doutrinária, burocrática e assistencialista [...] ao campo do

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

direito, sob a ótica dos interesses dos trabalhadores. Especialmente ao longo dos últimos 20 anos, pode-se dizer que o Serviço Social do INSS tem contribuído com o aperfeiçoamento das políticas de seguridade social, com destaque para a previdência e assistência social, de modo a torná-las mais acessíveis e vinculadas às necessidades dos trabalhadores. SILVA, M.L. (2015, p. 89).

No entanto, a autora adverte, à luz das tensões do tempo presente, sobre a existência de uma tendência contemporânea, que aponta para o afastamento do trabalho profissional no INSS da concepção da matriz teórico metodológica do Serviço Social e da competência prevista no art. 88 da Lei nº 8213/1991, no que tange às ações profissionais cada vez mais burocratizadas e distanciadas dos movimentos sociais SILVA, M.L. (2015), refletindo em uma dificuldade quanto à sua articulação coletiva e organização política nos processos de enfrentamento das tentativas de esvaziamento e reorientação teórico metodológica e ético política do Serviço Social particularmente a partir de 2009 e adensadas sobretudo nos últimos 7 anos pela direção central do INSS, mediante maior ou menor convivência das chefias dos setores técnicos do Serviço Social da instituição.

Nesse sentido, considera-se que o projeto ético-político profissional constitui-se num valioso instrumento de defesa dos preceitos, valores e princípios da profissão, mas que no entanto, não se sustenta sozinho. Seus princípios e valores precisam ser concretizados através da práxis cotidiana efetivada por sujeitos sociais dotados de teleologia e intencionalidade, a quem se coloca a tarefa premente – e o desafio - de fazer avançar a construção de mediações teórico-metodológicas e políticas em defesa das políticas de Seguridade Social, do Serviço Social no INSS de matriz crítica, como serviço de direito da população, bem como da defesa das prerrogativas, competências profissionais e suas atribuições privativas.

Por fim, os processos de trabalho aqui descritos, determinados pelo aspecto gerencialista do Estado sob a égide neoliberal, revelam que o trabalho da/o assistente social no INSS e não somente nele, a exemplo do que ocorre com o conjunto da classe trabalhadora, não escapa de dilemas advindos da alienação e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estranhamento, cujas particularidades nos processos de trabalho da/do assistente social no INSS nos interessa seguir aprofundando no desenrolar de nossa pesquisa.

No entanto, nos parece possível apontar que, o projeto ético-político, assim como a matriz teórico metodológica do Serviço Social, se instrumentalizados pelos sujeitos sociais, tem potência para desempenhar uma importante função estratégica de articulação coletiva dos profissionais no sentido da construção de lutas e enfrentamentos, que devem extrapolar os limites da ação individual, na perspectiva da conquista e preservação dos direitos, necessariamente inseridos nas lutas gerais da classe trabalhadora, com vistas à construção de uma nova sociabilidade que possibilite a emancipação humana.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social, fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011, 9 ed. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

CARTAXO, Ana Maria Baima; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs.) **Seguridade Social, Previdência Social e Serviço Social: desafios do tempo presente**. São Paulo: Cortez, 2021.

GRANEMANN, SARA. **Para uma crítica marxista das políticas sociais**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

_____. Previdência Social: da Comuna de Paris aos (falsos) privilégios dos trabalhadores. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela.; NAVARRO, Vera Lúcia (org.) **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

LENIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOREIRA, Marinete Cordeiro. Questões ético-políticas postas ao trabalho do/a assistente social na Previdência Social. **Anais do 2º Seminário Nacional de**

Serviço Social na Previdência Social. Brasília: CFESS, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). **A Nova**

Morfologia do Trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, Ademir Alves. **A gestão da seguridade social brasileira:** entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. 70 anos do Serviço social na Previdência: luta pela efetivação da seguridade social no Brasil. **Anais do 2º Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência Social.** Brasília: CFESS, 2015.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. Questões ético-políticas postas ao trabalho do/a assistente social na Previdência Social. **Anais do 2º Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência Social.** Brasília: CFESS, 2015.

SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA PÓS PANDEMIA DA COVID-19: promoção de saúde a partir do território.

Carla Cristina Kawanami²

Rodrigo A. Diniz³

RESUMO

Considerando a promoção de saúde a partir do conceito proposto por Sawaia (1995), procuramos dar centralidade ao território como base para a formulação de políticas públicas de saúde do trabalhador e da trabalhadora, assim como preconizado pela lei nº8080/1990, compreendendo o território usado (SANTOS, 2007) como o lugar em que se dão as relações sociais. Desta forma, analisar o território e os contextos de trabalho podem oportunizar a identificação de situações de desproteção, de limites e esgotamento de segurança ao trabalhador, como também identificar as contradições inerentes às condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Buscamos dessa forma superar a reprodução do discurso do autocuidado, individualizante, medicalizante e culpabilizante, para a compreensão da necessidade de se trabalhar a saúde considerando a totalidade do

² Psicóloga, Mestre em Educação, doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC –São Paulo, carla.kawanami@gmail.com.

³ Assistente Social, Doutor em Serviço Social, Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC São Paulo, rodiniz87@gmail.com.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ser humano, ampliando a compreensão de cuidado como prática resultante da efetivação de direitos e da construção coletiva de uma classe que cuida de si.

Palavras-chave: Saúde da trabalhadora. Território Usado. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Considering health promotion from the concept proposed by Sawaia (1995), we seek to give centrality to the territory as a basis for the formulation of public health policies for workers, as recommended by law n.8080/1990, comprising the used territory (SANTOS, 2007) as the place where social relations take place. In this way, analyzing the territory and work contexts can provide opportunities to identify situations of lack of protection, limits and exhaustion of security for the worker, as well as identifying the contradictions inherent in the living and working conditions of the working class. In this way, we seek to overcome the reproduction of the self-care discourse, individualizing, medicalizing and blaming, to understand the need to work on health considering the totality of the human being, expanding the understanding of care as a practice resulting from the realization of rights and collective construction of a class that takes care of itself.

Keywords: Worker's health. Used Territory. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

De março de 2020 a janeiro de 2022, a pandemia do Coronavírus (COVID-19), doença infecciosa causada pelo vírus Sars-Cov-2, ceifou a vida de 622.563 brasileiros. Além das mortes, cerca de 23 milhões de casos de contaminação no Brasil também foram confirmados nesse período. A demanda pelo atendimento aumentou, exigindo dos trabalhadores e trabalhadoras muito esforço e dedicação em um cenário de instabilidade, insegurança, medo e sofrimento. Compreendemos aqui classe trabalhadora como “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho - classe-que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação (...) - e que são despossuídos dos meios de produção.” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 336).

A portaria nº 1.823/2012, a qual Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, traz em seu art. 3º que

todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado são sujeitos desta Política.

Mesmo antes do contexto da pandemia, a atenção à saúde do trabalhador e da trabalhadora já era uma necessidade. Em levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), obtivemos 3908 resultados a partir da busca do termo “saúde do trabalhador”, publicados entre 1996 e 2023, (e 308 resultados para “sofrimento no trabalho”), o que evidencia que a temática vem sendo objeto de estudo e de pesquisas. Contudo, dos 3908 resultados obtidos, 746 foram publicados nos anos entre 2020-2023, ou seja, após o início da pandemia da COVID-19, sendo que 71 trabalhos tratam diretamente do impacto da pandemia na saúde dos trabalhadores. A título de curiosidade, se realizarmos o recorte de gênero e fizermos a busca por “saúde da trabalhadora”, encontraremos apenas 9 trabalhos publicados, e entre eles os temas das trabalhadoras domésticas, trabalhadoras da limpeza, trabalhadoras rurais, trabalhadoras do sexo e trabalhadoras artesãs, trabalhos historicamente invisibilizados, cujo reconhecimento enquanto trabalho e portanto, dos direitos trabalhistas, são resultados de luta e disputa no campo político.

O contexto de pandemia requer atenção às trabalhadoras e trabalhadores em relação à sua saúde mental. Segundo pesquisa realizada pela FIOCRUZ (2020) com profissionais de saúde, tem sido recorrente o relato de aumento dos sintomas de ansiedade, depressão, perda da qualidade do sono, aumento do uso de drogas, sintomas psicossomáticos e medo de se infectar ou transmitir a infecção aos membros da família. Esta situação causou problemas de saúde mental, como estresse, insônia, negação, raiva e medo, problemas que não apenas afetam a atenção, o entendimento e a capacidade de tomada de decisões dos profissionais da saúde, mas também podem ter um efeito duradouro em seu bem-estar geral.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), constituída em 1946, define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



apenas na ausência de doença ou de enfermidade". Tal definição foi promulgada no Brasil através do decreto nº26.042/1948. Especificamente no que tange à saúde mental, a OMS a define como "um estado de bem-estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para sua comunidade". Tanto na definição de saúde como na de saúde mental estabelecidas pela OMS, o termo 'bem-estar' está presente; a definição de bem-estar pode ser entendida como um constructo de natureza subjetiva, fortemente influenciado pela cultura (GAINO, 2018). Ou seja, o que é bem-estar? Como alcançar o estado de bem-estar em contexto de crise?

Em 1986, no relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde, compreende-se saúde como a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. O relatório ainda traz: "A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas" (Ministério da Saúde, 1986, p.12).

O objetivo deste trabalho é pontuar o território usado (SANTOS, 2007) como centralidade para o debate da formulação de políticas públicas, pois ele é o lugar em que estão presentes as vivências e rugosidades do cotidiano dos trabalhadores e das trabalhadoras que afetam sua saúde, e especificamente a saúde mental. Dessa forma, buscamos contribuir para a superação do discurso do autocuidado, o qual é pautado na culpabilização e na individualização, imposto ao trabalhador como única possibilidade de cuidado, alienado pois descolado da realidade social, ampliando a compreensão de cuidado como prática resultante da efetivação de direitos e da construção coletiva de uma classe que cuida de si.

PROMOÇÃO



APOIO



1. A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

A Lei nº 8.080/1990, conhecida como a lei de criação do Sistema Único de Saúde (SUS) traz, em seus artigos 5º e 6º, que:

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

- I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;
- II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;
- III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

- I - a execução de ações:
 - a) de vigilância sanitária;
 - b) de vigilância epidemiológica;
 - c) de saúde do trabalhador; e
 - d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;
- (...)

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

A portaria nº 1.823/2012, a qual institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, em consonância com as diretrizes propostas pela Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.

Em artigo publicado por Teixeira (2020) na revista Ciência e Saúde Coletiva, entre os trabalhadores inseridos na rede pública de saúde, o medo de ser infectado, a proximidade com o sofrimento dos pacientes ou a morte destes, bem como a

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



angústia dos familiares associada à falta de suprimentos médicos, informações incertas sobre vários recursos, solidão e preocupações com entes queridos foram aspectos também relatados, demonstrando o alto grau de sofrimento psíquico e o adoecimento mental dos profissionais de saúde, levando, em alguns casos, à relutância em trabalhar.

A Fundação Oswaldo Cruz de Mato Grosso do Sul (Fiocruz MS), em parceria com a Fiocruz Brasília e pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Escola de Saúde Pública (ESP) do estado de MS, está realizando uma pesquisa que tem como objetivo avaliar o impacto dos transtornos mentais no trabalhador e no trabalho em saúde, no contexto da pandemia da COVID-19. Como primeira etapa do estudo, foi avaliada a presença de sintomas dos transtornos de depressão, ansiedade e estresse. Dos critérios de maior prevalência entre os profissionais da saúde, o predomínio foi para ansiedade e depressão, com a classificação extremamente severo; e para o estresse, a classificação severo. Para a maioria dos participantes, a saúde física foi apontada como moderada (38,3%) seguida daqueles que consideravam sua saúde boa (38%). Na sequência, tivemos aqueles que percebem a saúde em estado ruim (15,2%) e poucos a consideraram excelente (8,5%).

Já em relação a saúde mental, a pesquisa aponta que 38,7% dos participantes consideram ter uma saúde mental moderada%; seguida de boa (33,8%); ruim (21,3%) e excelente (6,3%). Antes da pandemia de COVID-19, estavam em tratamento/acompanhamento psicológico ou psiquiátrico 24,1%, tendo esse percentual aumentado em 13,9% entre os profissionais, durante a pandemia.

Entre 2020-2023, em consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foram publicados também 30 trabalhos tendo como tema a saúde mental de trabalhadores em contexto da pandemia da COVID-19, sendo 27 deles voltados aos profissionais da Saúde. Burnout, estresse, ansiedade, qualidade de vida,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

qualidade do sono, transtornos mentais: esses foram os temas mais frequentes referentes à saúde mental dos trabalhadores da saúde.

Nesse período de pandemia da COVID-19, utilizou-se o termo “linha de frente” (RODRIGUES, 2020) para designar os “profissionais da área de saúde e funcionários de setores essenciais”; o termo “linha de frente” também é associado a uma situação de combate, enfrentamento, luta, heroísmo e batalha, todas de forte engajamento militar. Assim, exaltou-se a ideia de um profissional de saúde, sobretudo na figura do médico e da equipe de enfermagem, de um profissional “salvador”. Tal imagem do herói não é recente: Krug (2006) já trazia, na análise de suas entrevistas, que os depoimentos fortaleceram a conotação culturalmente instituída pela sociedade e pelos próprios trabalhadores de saúde de que o trabalhador deste segmento não necessita de assistência à sua saúde, pois, como cuidador da saúde de outros, não é permitido, a ele, adoecer.

Essa situação desloca os profissionais de suas condições enquanto pessoas e enquanto trabalhadores, silenciando processos e atividades que provocam angústia e sofrimento, desonerando o Estado e a sociedade a assumirem sua responsabilidade no cuidado com as pessoas.

Em resposta aos sintomas, são promovidas práticas medicalizantes, comprovado pelo alto consumo de benzodiazepínicos (os remédios “tarja preta”), antidepressivos, ansiolíticos e estimulantes no Brasil, assim como a ênfase no discurso do autocuidado, tendo o tripé “alimentação saudável-ingestão de água-exercícios físicos” (e, atualmente, a psicoterapia) como a receita capaz de solucionar o sofrimento percebido.

Pensar saúde mental e saúde do trabalhador e da trabalhadora enquanto política pública exige ampliar a percepção do que seja promoção de saúde. Apresentamos então a concepção trazida por Sawaia (1995) "Promover a saúde equivale a condenar todas as formas de conduta que violentam o corpo, o sentimento e a razão humana gerando, conseqüentemente, a servidão e a heteronomia" (p.157). Significa então localizar, no território e a partir dele, as

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



práticas, as vivências, as rugosidades, resultantes de processos históricos que afetam a saúde do trabalhador e da trabalhadora.

2. SAÚDE E TERRITÓRIO: O TERRITÓRIO USADO NA CENTRALIDADE DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora traz, em seu artigo 8º, item I:

Art. 8º São objetivos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora:

I - fortalecer a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) e a integração com os demais componentes da Vigilância em Saúde, o que pressupõe:

- a) identificação das atividades produtivas da população trabalhadora e das situações de risco à saúde dos trabalhadores no **território**;
 - b) identificação das necessidades, demandas e problemas de saúde dos trabalhadores no **território**;
 - c) realização da análise da situação de saúde dos trabalhadores;
 - d) intervenção nos processos e ambientes de trabalho;
- (...) *(grifo nosso)*

Traz também em seu art. 9, item III, as ações de Saúde do Trabalhador junto à atenção primária em saúde:

1. reconhecimento e mapeamento das atividades produtivas no **território**;
 2. reconhecimento e identificação da população trabalhadora e seu perfil sócio ocupacional no **território**;
 3. reconhecimento e identificação dos potenciais riscos e impactos (perfil de morbi-mortalidade) à saúde dos trabalhadores, das comunidades e ao meio ambiente, advindos das atividades produtivas no **território**;
 4. identificação da rede de apoio social aos trabalhadores no **território**;
- (grifo nosso)*

Como é possível verificar, a categoria território apresenta-se na legislação como uma condição para o reconhecimento e identificação da população trabalhadora e de sua rede de apoio social, assim como o mapeamento das

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



atividades produtivas e a identificação de seus potenciais riscos e impactos à saúde dos trabalhadores.

Compreendemos a categoria território como não apenas um conjunto de formas naturais, mas um “conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga, não importa o seu poder”. (SANTOS, 1997).

O geógrafo Milton Santos amplia a compreensão de que o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e dos sistemas de coisas superpostas: é o chão mais a identidade, é o território usado. “A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (SANTOS, 2007, p. 14).

Dessa forma, compreender a centralidade do território na formulação de políticas públicas de atenção à saúde do trabalhador e da trabalhadora não é apenas verificar o espaço em que a instituição está inserida (o bairro, a região, a cidade, o país). Consideramos que pensar sobre o território é refletir sobre as reais condições e os modos de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Significa “atenção a como e de que forma as relações sociais se movimentam e se concretizam no chão dos lugares” (DINIZ, 2021, p.118).

Nesse sentido, o território pode se tornar um ponto de partida e de chegada para o planejamento e implementação das políticas sociais e de ações de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras, a fim de garantir seus direitos. A centralidade do território como base das políticas sociais também se relaciona com os valores que orientam a descentralização político-administrativa do Estado, constituindo-se das novas concepções políticas no âmbito da proximidade com os sujeitos e seus locais de vivência.

O território passa a ter centralidade como categoria e dimensão que compõem a realidade social para a qual as políticas sociais e ações aos trabalhadores devem se direcionar, pois, é por meio do território como espaço de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



vida que se podem compreender as singularidades, determinações e relações dos sujeitos sociais.

É no espaço territorial, nas relações sociais que se estabelecem, que a vida se desenvolve e se reproduz, onde é possível perceber as capacidades de proteção, as mediações criadas para a convivência e a sobrevivência. É o espaço em que podem ocorrer situações de desproteções, ameaças, violências, mas também coexistem potencialidades, processos de solidariedade, sociabilidades, resistências e outras múltiplas expressões das relações humanas e sociais.

Com esse enfoque analítico, o território pode ocupar um importante espaço estratégico nas políticas sociais e nos sistemas de proteção e acesso aos direitos. É imperativo que as políticas públicas e sociais conheçam as dinâmicas socioespaciais e demográficas, as densidades relacionais políticas, econômicas e culturais dos espaços de vida da população, e que se atentem às dinâmicas e realidades de vida dos cidadãos. É nesta toada que devem ser impressas as direções das Políticas de Educação, dos Sistemas de Assistência Social e Saúde, com destaque à Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Assim, a compreensão do território permite a leitura da presença e da incidência de situações de vulnerabilidade, agravos à saúde, a percepção dos traços das experiências produzidas e das mediações políticas, sociais, culturais, econômicas e relacionais geradas no cotidiano da vida, seja no contexto urbano das metrópoles, das grandes, médias e pequenas cidades, ou na realidade rural, ribeirinha e das comunidades tradicionais nos lugares mais remotos do país.

A leitura, análise e compreensão das nuances e porosidades do território são essenciais para o planejamento e intervenção do trabalho na proposição da garantia e do acesso aos direitos sociais e seguranças aos trabalhadores/as. É por meio dessa perspectiva que é imperioso refletir sobre as conexões e significados entre as ofertas das políticas sociais e territórios, observando a realidade de atenção à saúde do trabalhador e da trabalhadora em contexto de crise econômica, social, política e sanitária contemporânea.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O território se expõe como espaço de vivência, de significação que pode contribuir para o processo de compreensão, acolhida e até mesmo enfrentamento das situações que podem levar ao adoecimento. Neste sentido, se articula com a perspectiva de cuidado e atenção, como elo mediativo importante a ser analisado, contextualizado, como espaço que compõe as relações de vida das pessoas em seus locais de trabalho e de reprodução da vida cotidiana. Podendo ser ponto de partida e de chegada para processos de atenção, de diagnóstico de gestão e de planejamento para o enfrentamento às situações de desproteção e agravos de saúde do trabalhador.

3 CONCLUSÃO

Compreender o território como um dos elementos fundamentais das políticas públicas e sociais requer um ajuste de foco para compreender a realidade social e apreender as dinâmicas inerentes ao cotidiano das pessoas. Essa tarefa não pode ser desvinculada das contradições que existem na sociedade, do processo de compreensão das mediações e complexidades que envolvem a esfera pública do direito, especialmente no que diz respeito à promoção, garantia e acesso à proteção social dos cidadãos, como educação, saúde, habitação, assistência social.

O território contribui como elemento mediativo importante para destacar processos de fortalecimento coletivo, no reconhecimento e identificação da população trabalhadora e seu perfil ocupacional cruzando essas apreensões com os lugares de vida e trabalho. Identificando os riscos existentes, observando a relação entre lugar, as relações comunitárias e as atividades de trabalho, a incidência de situações de agravos, danos, comprometimentos e exposição contínua de circunstâncias que podem causar danos à saúde dos profissionais, sobretudo, aqueles das políticas públicas e sociais, que são submetidos cotidianamente a situações de precarização, estresse, falta de recursos e meios de trabalho, que tem seus corpos colocados no “frente” cotidiano de ação, muitas vezes sem recursos e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



respaldo de seguranças, atendendo à população como podem e não como querem, dado o contexto de crise e falta ou incompletude de investimentos na área social e de seguridade social orquestrado pelas políticas neoliberais de austeridade fiscal.

Desta forma, analisar o território e os contextos de trabalho podem oportunizar a identificação de situações de desproteção, de limites e esgotamento de segurança ao trabalhador, como também identificar as contradições inerentes às condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. A existência ou não de redes de apoio e recursos essenciais à viabilidade do direito à proteção social, ambientais e de saúde aos trabalhadores em determinado território.

Portanto, considera-se essencial articular o território na análise sobre a saúde do trabalhador e da trabalhadora, de forma a estar mais próximo ao cotidiano, ao chão onde a vida e o trabalho se encampam, observando as rugosidades e marcas que se acentuam no contexto de barbarização da vida social ao qual inexoravelmente os trabalhadores/as estão inseridos, não apenas como diagnóstico, mas como denúncia e resistência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo, ALVES, Giovanni. **As mutações do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação e Sociedade, v. 25, n.87. Campinas, 2004, p.335-351.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 ago. 2012. Seção I, p. 46-51. Disponível em: Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL, Decreto nº 26.042. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. 1948. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940->

PROMOÇÃO



APOIO



1949/decreto-26042-17-dezembro-1948-455751-publicacaooriginal-1-pe.html>.
Acesso em: 12 jun 2023.

Brasil. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
Acesso em: 12 jun 2023.

DINIZ, Rodrigo A. (2021). Território, cotidiano e territorialidade: narrativas e sociabilidades em perspectiva. In Martinelli *et al* (orgs). **Cotidiano, cultura e sociabilidade: pesquisa em serviço social.** São Paulo: EDUC, 2021. p. 105-120.

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasil. Ministério da Saúde (MS). **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia Covid. Recomendações para gestores 2020.** Rio de Janeiro, Brasília: Fiocruz, MS; 2020. [acessado 07 janeiro 2022]. Disponível em: <http://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental>

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Saúde mental dos profissionais da saúde na pandemia da Covid-19 em MS e DF:** relatório parcial descritivo do DF. [Brasília]: Fiocruz Brasília; Fiocruz Mato Grosso do Sul. 2022. 5 p.

GAINO, Loraine Vivian et al . **O conceito de saúde mental para profissionais de saúde:** um estudo transversal e qualitativo. SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.), Ribeirão Preto , v. 14, n. 2, p. 108-116, 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762018000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 jun. 2023. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2018.149449>.

KRUG, Suzane Beatriz Frantz. **Sofrimento no trabalho:** a construção social do adoecimento de trabalhadoras da saúde. Tese de Doutorado PUC Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC, 2006.

Ministério da Saúde. **Relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde, 1986.** BRASIL. Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND- NR), 1986.

RODRIGUES, Fernanda Castelano. **Linha de frente.** InformaSUS. 2020. Disponível em <<https://informasus.ufscar.br/linha-de-frente/#:~:text=Linha%20de%20frente%20%C3%A9%20um,no%20combate%20ao%20novo%20coronav%C3%ADrus>>. Acesso em 10 jun 2023.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SANTOS, Milton. **A revanche do território**. Folha de São Paulo [online], São Paulo, 03 ago. 1997. Opinião. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/03/opiniao/8.html>. Acesso em 12 jun. 2023.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SAWAIA, Bader Burihan. (1995). Dimensão ético-política do adoecer da classe trabalhadora. In S. Lane & B. B. Sawaia (Orgs.), **Novas veredas da psicologia social** (pp.135-146). São Paulo, SP: Brasiliense

TEIXEIRA, Carmen Fontes de Souza et al. **A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2020, v. 25, n. 9, pp. 3465-3474. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.19562020>>. Epub 28 Ago 2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.19562020>. Acesso em 01 de maio de 2023.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E TERRITÓRIO: Qual equação possível?

Aline Lopes Leitão⁴

RESUMO

O presente artigo busca dialogar sobre a estreita relação existente entre a vigilância socioassistencial e o território. Versaremos sobre o importante espaço de produção de conhecimento técnico, científico e metodológico que cabe ao trabalho social da vigilância socioassistencial, que só tem efetividade se desenvolvido a partir do

⁴ Assistente Social; Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP; alinesocial@hotmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e no território, elemento este já definido como diretriz de atuação da política de Assistência Social.

Palavras-chave: Vigilância socioassistencial; Território; Assistência Social.

ABSTRACT

This article seeks to discuss the close relationship between social assistance surveillance and the territory. We will discuss the important space for the production of technical, scientific and methodological knowledge that belongs to the social work of socio-assistance surveillance, which is only effective if developed from and in the territory, an element already defined as a guideline for the action of the Social Assistance policy.

Keywords: Social assistance surveillance. Territory. Social assistance.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a dialogar sobre a potência da Vigilância Socioassistencial e sua materialização no território, campo primordial de execução da política de Assistência Social.

A Vigilância Socioassistencial é lugar de referência para a produção de conhecimento, conforme os documentos normativos da Assistência Social (Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS 2005 e 2012, Guia de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial – 2013 entre outros). A Vigilância Socioassistencial é a responsável pela construção de indicadores, realização de leituras da realidade e diagnósticos, construção de instrumentos de gestão, dentre outros.

Apesar da Vigilância socioassistencial ser uma das funções da política de Assistência Social e uma diretriz para a sua atuação, ainda nos deparamos com a sua atuação sendo limitada a um setor meramente burocrático, vinculado à gestão e distante do território.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O território é o espaço privilegiado da construção das relações e do estabelecimento da vida, literalmente é onde tudo acontece. É o chão onde a vida acontece, expressa as relações sociais, o processo de constituição do espaço e suas formas de produção e reprodução, muito mais do que propriamente a delimitação espacial ou geográfica, como costumeiramente se pensa quando se tematiza o território no senso comum.

Pensar na relação território e vigilância socioassistencial é mais do que pensar em qual equação é possível diante dos dois elementos, é buscar por mediações que possam garantir que essa equação seja possível, a fim de garantir a efetividade desta função dentro da política de Assistência Social. E é com este ponto de partida que iniciamos nossa reflexão.

2 FALANDO UM POUCO SOBRE A VIGLÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada em 2004, estabeleceu diretrizes de funcionamento para a política de Assistência Social, redesenhando a sua oferta. Foi a PNAS que trouxe princípios organizativos e comando único para a execução desta política que, historicamente, sempre seguiu preceitos de benevolência e caridade.

A PNAS nos apresenta uma política organizada através do tripé: Proteção Social – Defesa e Garantia de Direitos – Vigilância Socioassistencial. Essas três funções da Política de Assistência Social evidentemente são complementares e fundamentais para o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Em se tratando de Vigilância Socioassistencial, que é o escopo deste estudo, se tem definido pela PNAS (MDS, 2004, p.39) que sua atuação se dá no campo da produção e sistematização de informações e produção de indicadores

PROMOÇÃO



APOIO



territorializados⁵. Entretanto essa função vai ganhando “corpo” com o passar dos anos.

A PNAS afirma que:

A vigilância socioassistencial deve buscar conhecer o cotidiano da vida das famílias, a partir das condições concretas do lugar onde elas vivem e não só as médias estatísticas ou números gerais, responsabilizando-se pela identificação dos “territórios de incidência” de riscos no âmbito da cidade, do Estado, do país, para que a Assistência Social desenvolva política de prevenção e monitoramento de riscos. (Brasil, 2004. P.93)

No ano de 2005 a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS nos apresenta a política organizada através de um Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e nos traz um olhar mais abrangente, embora ainda tímido, do que de fato deve ser a Vigilância Socioassistencial.

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS foi alterada em 2011 e, em seu artigo II passou a estabelecer a Vigilância Socioassistencial como um dos objetivos da Assistência Social, estabelecendo como sua função analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, desproteções, ameaças e danos.

Ainda de acordo com a LOAS, no parágrafo único do artigo 6ºA, ela define que a Vigilância Socioassistencial como um dos instrumentos das proteções de Assistência Social, ou seja, é ela quem identifica e previne situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Claramente temos definido pelas normativas já citadas de que a Vigilância Socioassistencial é um importante instrumento de gestão da Política de Assistência Social. Sua materialização foi, ao longo dos anos amadurecendo o que de fato é a sua função, mas também evidenciando desafios em relação ao entendimento de sua concepção, sobretudo, no que diz respeito a leituras e compreensões das

⁵ Importante já problematizar que, apesar da definição, não encontramos referência no documento citado sobre quais seriam os parâmetros que deveriam ser utilizados nas análises realizadas pela vigilância socioassistencial.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dinâmicas socioterritoriais e também as mediações necessárias à sua materialização.

A NOB/SUAS define dois eixos de trabalho para a Vigilância Socioassistencial, a saber: a Vigilância de riscos e vulnerabilidades e a Vigilância dos padrões de serviço. De um lado temos a sistematização das informações relativas a demandas e necessidade de proteção social da população, com a vigilância de riscos e vulnerabilidades, e de outro, a distribuição e efetividade da rede de proteção social instalada para a oferta dos serviços, com a vigilância de padrões de serviço.

Dessa maneira, o guia de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome em 2013 (pg. 9) atenta para o fato de que a Vigilância Socioassistencial deve contribuir para as áreas de proteção social, através da elaboração de estudos, planos e diagnósticos, bem como com a própria gestão, auxiliando na formulação, planejamento e execução de ações que induzam à adequação da oferta às necessidades da população.

Ainda tendo como referência o guia de Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial, vale o seguinte destaque:

A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios. (Brasil, 2013. P. 9)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Diante da afirmação acima, é certo que não existe Vigilância Socioassistencial sem a estreita interlocução com os serviços de proteção social ofertados pela Política de Assistência Social. Do mesmo modo cabe destacar que não existe Vigilância Socioassistencial longe do território e apartado das relações concretas dos serviços, programas e projetos do SUAS, sendo mediação necessária tanto para a gestão, como a execução do trabalho no âmbito deste sistema.

A territorialização é um eixo estruturante para a organização e oferta da Política de Assistência Social. Desde a instituição da PNAS muito se avançou no conceito de território, em especial na oferta de serviços socioassistenciais. Entretanto, há de se considerar que a Vigilância Socioassistencial não acompanhou o mesmo ritmo. A grande maioria dos municípios brasileiros organizou a Assistência Social a partir da oferta das proteções sociais e a implantação da Vigilância foi ocupando papel de coadjuvante nesta política.

Ademais, o atual cenário político Brasileiro também contribuiu para o enfraquecimento da Vigilância Socioassistencial: a ascensão de projetos de extrema direita nos postos de poder e direção do Estado, foram movimentando processos de ofensivas à democracia com severos ataques ao campo da seguridade social, com desfinanciamentos apoiados por políticas de austeridade fiscal, ataque ideológico à concepção de direitos sociais, com nítidas repercussões na Política de Assistência Social, que a reduziu ao antigo patamar de política paliativa e imediatista.

É evidente que o cenário político traz impactos para toda a política de Assistência Social, atingindo seu escopo, havendo inclusive processos de interrupção de discussões, interdição em processo de aprimoramento a Assistência Social, com destaque, por exemplo, ao processo de implantação e implementação da Vigilância Socioassistencial. Alves (2022, p.20) nos apresenta com preocupação a condição da vigilância socioassistencial nos municípios paulistas, tal como expressa o gráfico:

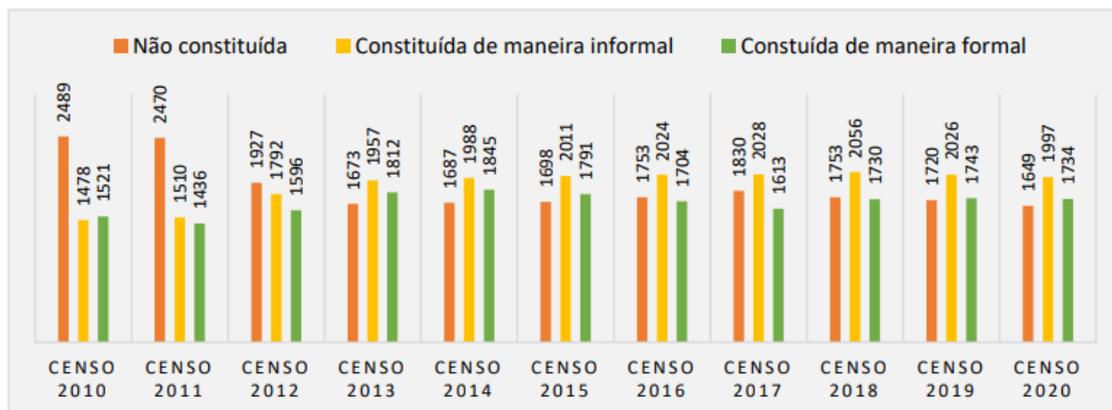
PROMOÇÃO



APOIO



Gráfico 2: Constituição e formalidade da função de vigilância socioassistencial nas gestões municipais, de acordo com o CENSO SUAS

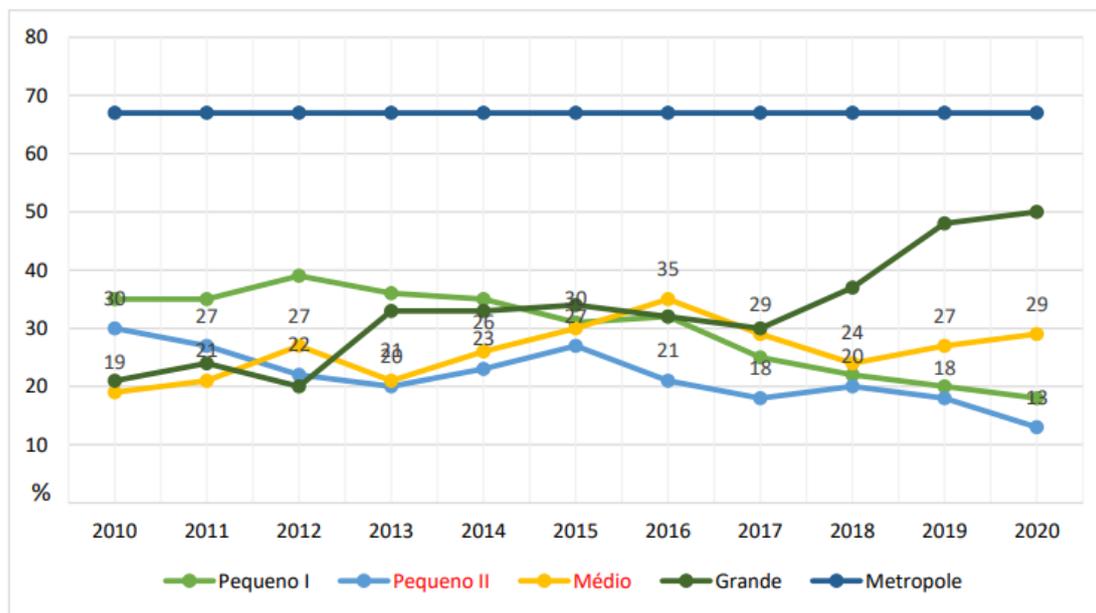


Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados extraído do site

Verifica-se que na maior parte dos municípios brasileiros, a vigilância socioassistencial está constituída de maneira informal ou não está constituída. Este com certeza é um reflexo da falta de entendimento desta função ou mesmo de como a oferta da Política de Assistência Social está estruturada e tem que ser executada.

A pesquisa de Alves (2020, p. 21), também faz a mensuração da Vigilância socioassistencial no Estado de São Paulo que conta com 645 municípios, mas aponta que a Vigilância socioassistencial está formalmente constituída em menos de 10% do Estado, o que é no mínimo preocupante, observando a necessidade de atenção dos municípios as suas realidades socioterritoriais para ofertar proteção social aos cidadãos de modo mais próximo e adequado.

Gráfico 1: Municípios paulistas com a vigilância socioassistencial constituída formalmente



Fonte: Bases Censo SUAS 2010-2020.

Há de se considerar, também, que o (des) governo Bolsonaro descontinuou muitas ações que vinham sendo desenvolvidas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, que era um importante instrumento de capacitação e de captação de informações para as gestões municipais.

Quando falamos sobre a vigilância socioassistencial a relação com a produção de indicadores e diagnóstico é quase imediata. Entretanto, Sposati (2017, p.2-3) é muito assertiva a nos chamar a atenção para o fato de que,

[...] a função da Vigilância Socioassistencial, no Brasil, não se limita, e não pode se limitar, á medida de institucionalizar mecanismos internos ao órgão de gestão da política de Assistência Social [...], ela tem a exigência em produzir, para a sociedade, informes sobre as múltiplas e reincidentes situações de desproteção social sofridas e impingidas a segmentos da população, e que estas são resultantes também da ausência e/ou do modo residual e precário de presença das respostas protetivas públicas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A citação acima nos chama a atenção para o fato de que a vigilância socioassistencial não deve ter um caráter gerencialista, voltado apenas para a produção de dados. Esta função, tanto quanto as outras funções da política de Assistência Social, deve estar a serviço da população, desenvolvendo o seu trabalho social a partir do território e para o território.

A vigilância socioassistencial é espaço de produção de conhecimento técnico, científico, especializado. Deve estabelecer indicadores, parâmetros de atuação para os profissionais, instrumentos de gestão, elaborar diagnósticos e deve ter a capacidade de conhecer e identificar as situações de proteção e desproteção existentes nos territórios.

Dessa maneira, é importante destacar que o trabalho social da vigilância exige a presença de profissionais técnicos, especializados e capacitados para a sua execução. É fácil encontrarmos a vigilância socioassistencial sendo composta por uma “*equipe*” ou mesmo com a presença de apenas um profissional de nível superior e o “menino da informática”, aquele administrativo da secretaria que é “bom de excel”.

Cabe chamar a atenção, também, para o fato de que a produção de conhecimento científico sobre a vigilância socioassistencial ainda é muito tímida. Alves (2022) realizou um estudo sobre a produção acadêmica de dissertações e teses que contassem com a palavra-chave “vigilância socioassistencial” e localizou apenas 28 produções, sendo que 20 são dissertações e 08 teses. Destas, 16 foram realizadas em universidades públicas e 12 em universidades particulares.

3 FALANDO UM POUCO SOBRE TERRITÓRIO

A política de Assistência Social tem como uma de suas diretrizes a territorialização e a oferta das ações deve considerar o espaço vivido pelas famílias. Mais do que uma delimitação geográfica, deve-se considerar o espaço aonde as relações humanas acontecem.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O geógrafo Milton Santos (2003) utiliza o conceito de pertencimento para descrever o território. Ele afirma que “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. (Santos 2003, 47)

Em outra passagem o mesmo autor vai afirmar que o conceito do território só se torna utilizável para a “análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”. (Santos, 2000, p.22)

O território é espaço de vivência e diz muito a respeito das pessoas que ali residem: a maneira como se organizam, as proteções que possuem ou as desproteções a que estão expostas. Estes elementos são fundamentais quando se pensa tanto a presença dos serviços ofertados para este território, como o desenvolvimento do trabalho com a comunidade que ali reside.

Koga (2017, p.15) vai nos dizer que “*Trata-se de inverter a lógica de se olhar para o lugar de intervenção da política pública, tornando o território prioritariamente como ponto de partida e secundariamente como ponto de chegada*”.

Tendo essa diretriz incorporada à sua atuação, a presença da vigilância socioassistencial no território deve estar atenta ao fato de que,

Para além dos números cadastrais, importa (re) conhecer as tramas relacionais, as diferentes dinâmicas de vida e os distintos agenciamentos locais - políticos, econômicos, culturais e socioassistenciais. Koga (2015).

É no território que as relações se estabelecem, onde os sujeitos desenvolvem suas capacidades e sociabilidade. É o espaço das trocas, das construções, das colaborações, mas também das violações, das desproteções, das violências. Ou seja, é no território que a vida acontece.

Importante refletirmos que dados estatísticos, ainda que oficiais, não dão conta da complexidade existente nas relações de vizinhanças, das famílias ou de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



uma comunidade, por exemplo. O trabalho social da vigilância socioassistencial deve estar com os pés no território, para que tenha qualidade na identificação de demandas e desproteções, fazendo com que as demais funções da Assistência Social também possam ser garantidas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer o território como campo primordial para o desenvolvimento do trabalho social da vigilância socioassistencial ainda se apresenta como um desafio a ser superado pelos profissionais e gestores do SUAS.

O trabalho social desenvolvido pela Vigilância Socioassistencial deve estar pautado no compromisso com a identificação das manifestações das desproteções sociais existentes no território. Dessa maneira, entendemos e defendemos, que a Vigilância Socioassistencial deve ser realizada e vivida no território de atuação e não a partir de um “gabinete” com seus “profissionais qualificados” analisando dados “atrás da mesa”.

A Vigilância Socioassistencial tem (ou deve ter) uma estreita relação com o território e a população que ali vive. Entretanto, não é o que parece ocorrer na maior parte dos municípios aonde a vigilância social é operacionalizada a partir de um setor para análise de dados e/ou produção de diagnósticos, sem articulação direta com as outras funções da política.

Além disso, as produções científicas e a falta de normativas sobre esta função da política de Assistência Social coloca a vigilância socioassistencial em uma condição de fragilidade no que tange a sua institucionalização e operacionalização. Dessa maneira, olhar apenas dados sintéticos e frios não são suficientes para a política de Assistência Social.

Nesse sentido, a Vigilância Socioassistencial é um importante instrumento de identificação de desproteções, de demandas, de potências e de organização do

PROMOÇÃO



APOIO



território. Mas as tramas do território só são desvendadas a partir da vivência e da troca com as pessoas que ali vivem.

Vigilância socioassistencial não é um setor, é um trabalho social que deve ser desenvolvido com e para a população, a partir do e no território, assim como as demais funções da Política de Assistência Social. Além disso, precisamos destacar o importante espaço de produção de conhecimento técnico, operativo e metodológico que cabe a vigilância socioassistencial.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paula Cristina. **Vigilância Socioassistencial para que (m)?: conformações e implicações teórico-metodológicas e técnico-operativas**. São Paulo: PUC/SP, 2022.

BRASIL, **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília, 1993.

_____, **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2004.

_____, **Norma Operacional SUAS – NOB/SUAS**. Brasília, 2012.

_____, **Orientações Técnicas da Vigilância Sociassistencial**. Brasília, 2013.

Koga, Dirce. **Diagnóstico socioterritorial: entre o chão e a gestão**. São Paulo. UNISINOS, 2016.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2003.

SPOSATI, Aldaiza et al. **Vigilância Socioassistencial: condições para afirmação do direito socioassistencial no âmbito da proteção social distributiva**. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017.

_____. Koga, Dirce. **Sentidos Territoriais e Políticas Sociais**. São Paulo: SENAC, 2013.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NA SECRETARIA DE HABITACAO NA CIDADE DE SÃO PAULO: onde e como se desenvolveu

Clenivalda França dos Santos⁶

RESUMO

Este artigo é fruto do resultado da Dissertação de Mestrado em Serviço Social, intitulada: Trabalho social na política habitacional em São Paulo: tensões e possibilidades no contexto da terceirização (1989-2004), realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Buscamos compreender quais mudanças ocorreram a partir da terceirização na execução dos programas e também no trabalho executado pelos profissionais de serviço social nesse período, além de identificar as marcas deixadas no trabalho social em habitação na Secretaria de Habitação - Sehab com o trabalho terceirizado. A pesquisa empírica foi realizada com assistentes sociais que desenvolveram suas atividades profissionais nesse período da pesquisa.

Palavras chaves: trabalho terceirizado; serviço social; habitação.

ABSTRACT

This article is the result of the Master's Dissertation in Social Work, entitled: Social work in housing policy in São Paulo: tensions and possibilities in the context of outsourcing (1989-2004), held at the Pontifical Catholic University of São Paulo - PUC-SP. We seek to understand what changes occurred after outsourcing the execution of programs and also in the work carried out by social service professionals in this period, in addition to identifying the marks left in social work in housing at the Housing Department - Sehab with outsourced work. The empirical research was carried out with social workers who developed their professional activities during this research period.

Keywords: outsourced work; social service; housing.

1 INTRODUÇÃO

De acordo, com lamamoto (2010, p. 101), o modo de produção capitalista contemporâneo é o resultado da fusão entre o capital industrial e o bancário, dando

⁶ Assistente Social, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC – São Paulo, clenivaldasantoss@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

origem ao capital financeiro. A gestão desses monopólios, “converte-se em dominação da oligarquia financeira, que tende a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras, dentre outros mecanismos”.

Nessa etapa do desenvolvimento capitalista, o capital industrial perde espaço para o capital financeiro e a sua tendência às crises são mediadas pelo Estado, sendo o período da mundialização do capital sob a hegemonia das finanças. O mercado global, entendido como internacionalização da economia capitalista, gera uma interdependência econômica entre as nações e essa relação atinge as esferas mais complexas dos arranjos sociais.

Sendo assim, a sociedade global resulta na erosão da autonomia dos Estados nacionais, especialmente nos países de economia periférica, e a importação de modelos culturais e políticos hegemônicos, os quais são reproduzidos em todas as esferas da vida social. A subordinação ao mercado global leva o Estado a centralizar suas ações no suporte à expansão das lógicas monetaristas em detrimento do desmonte dos sistemas de proteção social. Ou seja, o capital-fetiche subordina a sociabilidade humana às coisas, possibilitando o desenvolvimento econômico nos limites da barbárie social (IAMAMOTO, 2010).

O redimensionamento do papel do Estado, em virtude das transformações decorrentes do processo de acumulação capitalista, desencadeado na reestruturação produtiva, se expandiu com a crise dos modelos de produção fordista/taylorista usados pelas empresas nos anos 1970. Nesse sentido:

Referindo-se primordialmente ao âmbito da ação do Estado – a esfera pública – a expressão gestão social ganhou relevância, no entanto precisamente no contexto da reforma do Estado, sob a égide do pensamento neoliberal, o que equivale dizer do deslocamento da gestão social da esfera público-estatal para a esfera privada, seja pela redução da ação do Estado, pela gestão compartilhada na forma de parcerias, pela transferência de responsabilidades ou – no caso de empresas – pela privatização tout court, como ocorreu na década de 1990 (SILVA, 2010, p. 31).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



No Brasil, em pleno contexto da ditadura militar (1964-1985), ocorre a expansão do fordismo⁷ com a introdução da produção em massa de automóveis e eletrodomésticos, sendo consumidos entre os segmentos médios dos trabalhadores. Ampliava-se também a política social, no entanto essa era de forma conservadora e tecnocrata, em meio às restrições dos direitos sociais e políticos dos brasileiros. Na Europa, nesse mesmo período, já estava ocorrendo um declínio econômico, inclusive com as consequências do neoliberalismo.

Segundo um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2014) com gestores públicos federais, a decisão por instituir políticas públicas mediante cooperação com Organizações Não Governamentais (ONGs) se dá em função da *expertise* das organizações, ampla rede de atuação das ONGs e capilaridade territorial, na perspectiva de ampliar a legitimidade da política pública, suprimindo a falta de quadros da burocracia para a implementação e a proximidade das demandas dos beneficiários diretos da ação.

Como essas organizações sociais não possuem autossuficiência para realizar tais ações, em paralelo ao Estado e ao mercado, conforme apregoam seus idealizadores, restam-nas recorrer ao Estado para financiar suas ações. Desta feita, elas disputam o fundo público, assim como as empresas privadas terceirizadas e os entes públicos.

2.AGENDA NEOLIBERAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Destacamos que as mudanças econômicas e sociais que ocorreram nos países europeus e nos EUA chegam ao Brasil, com os seus ideários neoliberais. Conseqüentemente, a partir desse momento, teremos reformulações no papel do Estado na execução das políticas sociais, inclusive com um processo de terceirização do trabalho na gestão pública.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Os ajustes neoliberais impuseram transformações societárias no mundo do trabalho, substituindo antigas funções do Estado por novas funções realizadas nas políticas sociais de forma pulverizada, bem diferente das que foram desenhadas, por exemplo, no Brasil com a aprovação da Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, destaca-se que as transformações contemporâneas no regime de acumulação capitalista, especialmente no que dizem respeito à esfera da produção e ao mundo do trabalho, com a hegemonia liberal financeira, redefinem a intervenção do Estado no âmbito do processo das relações sociais. Mantendo-se como perspectiva orientadora da economia, da vida social, da política; das relações internacionais e até mesmo da cultura da maioria dos sujeitos. Aprofundam-se as desigualdades, emerge uma nova sociabilidade e uma nova política, na agenda neoliberal.

Efetivamente, esta regressão neoliberal ao impor-se como lógica do capitalismo atual, consolida a dissociação entre o mercado e direitos, aprofunda a cisão entre o econômico e o social, separa a acumulação da produção, instala desregulações públicas, reitera a desigualdade e a diversificação, busca eliminar a referência ao universal e constrói, uma forma despolitizada de abordagem da questão social, fora do mundo público (YAZBEK, 2001, p. 38).

Essa lógica de ajustes da reestruturação do capital e da redução de recursos para a área social gera programas cada vez mais residuais, sem referência a direitos, pois são políticas sociais conservadoras, restritivas e com perspectivas privatizadoras, afetando também a política urbana.

Evidencia-se a interferência dos organismos internacionais nos projetos de urbanização, inclusive com alocação de recursos financeiros e com diretrizes de trabalho nas áreas sociais, ambientais etc.

Antunes & Druck (2015) afirmam que a terceirização se inicia nos finais dos anos de 1970 (período marcado pela forte crise do modelo econômico, que apresenta profunda recessão, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, momento de reestruturação produtiva). Reestruturação produtiva entendida como toyotismo, pois o aumento da tecnologia vai requisitar um quantitativo menor

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de mão de obra, exigindo que essa seja qualificada, e substituição de trabalhadores por máquinas, pois essas serão capazes de realizar várias funções dependendo apenas de um trabalhador para operacionalizá-las.

Essa agenda de transformação afetará as profissões e seu fazer profissional. Dessa forma, os assistentes sociais também passarão por mudanças, seja na sua concepção teórico-metodológica, seja nas representações da categoria tanto nas legislações como nas ações diretas de política social. O Estado sempre foi o maior empregador dos assistentes sociais, assim a intervenção profissional junto às expressões da questão social é realizada mediante execução das políticas sociais.

Raichelis (2009) nos lembra que:

As principais mediações profissionais (que não são as únicas) são, portanto, as políticas sociais que, apesar de historicamente revelarem sua fragilidade e pouca efetividade no equacionamento das respostas requeridas pelo nível crescente de pobreza e desigualdade social, tem sido a via por excelência para as classes subalternas terem acesso, mesmo que mesmo que precários e insuficientes, aos serviços sociais públicos (RAICHELIS, 2009, p. 380).

De acordo com Paz & Taboada (2010), o trabalho social em habitação realizado por assistentes sociais nos órgãos públicos das três esferas de governo recebeu diferentes aportes teóricos e realizou experiências exemplares de trabalho social nos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOOCOPs), nas prefeituras das capitais, junto aos movimentos de favelas, loteamentos clandestinos, mutuários, ocupações, associações de bairro e inúmeras formas de organização popular.

A partir desse momento, o trabalho social passou a ser exigido nos diversos programas habitacionais das Companhias de Habitação e nos Programas de Cooperativas (Promorar), o João de Barro, Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb), bem como nos Programas de Saneamento para População de Baixa Renda (Prosanear).

Ao longo dos anos, o trabalho social passou por alterações, sendo que a partir de 2003, “A exigência do trabalho social estende-se a todos os programas em que o Ministério das Cidades concedesse recurso a fundo perdido e naqueles

PROMOÇÃO



APOIO

obtidos através de empréstimos a estados e municípios” (PAZ; TABOADA, 2010, p. 10). Desde então, o trabalho social vem se renovando em várias frentes de lutas e de ações na atuação com a política de habitação, inclusive ocupando cargos que interferem diretamente na elaboração da política tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal, mas também apresenta alterações, provenientes da interferência advindas das mudanças que ocorrem no mundo capitalista, logo nas políticas sociais.

Em alguns campos de atuação, como é o caso da habitação social, entre outros, a terceirização vem se consolidando como novo modelo de produção e gestão da habitação, no qual o projeto, a obra, a operação, sua fiscalização e gerenciamento, bem como o trabalho social passam a ser contratados através de processos licitatórios, sem que, no entanto, a administração pública consiga manter a regulação e o controle estratégico de todo o processo (RAICHELIS, 2009, p. 383).

Segundo Harvey (2012), o capitalismo e suas crises cíclicas alteram as formas de estruturação da extração da mais-valia, dando sequência ao sistema de exploração do trabalhador. Alves (2007, p. 111-2), corrobora com essa ideia, explicitando o que entende por precariedade e precarização do trabalho, pois, para ele, a primeira é uma “condição socioestrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria”; a segunda, “um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho”. Dessa forma, a precarização vem repor as formas históricas de precariedade social do trabalho referente à mercadorização da força de trabalho.

3 A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS

Segundo Carelli (2007), a terceirização tem suas protoformas no Brasil ainda no início do século XX, quando o Código Civil de 1916 previa a contratação por meio de empreitada. No entanto, é firmada através do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, aplicável a toda administração pública federal e nas suas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



contratações de serviços. Tendo sua justificativa para a adoção da terceirização a necessidade de ocorrer um enxugamento de quadros e à suposta capacitação do ente terceiro no desenvolvimento das atividades que outrora é de competência da esfera estatal federal.

Percebe-se que, com crise econômica e o neoliberalismo, entra em curso o desmonte das políticas habitacionais e das equipes de trabalho social em diversas prefeituras, inclusive na prefeitura de São Paulo.

Em São Paulo, através da pesquisa documental e bibliográfica, mas, sobretudo com as narrativas das participantes na pesquisa empírica (onde utilizamos letras para identificar as participantes), verificamos que a terceirização do trabalho social entra em curso a partir do final dos anos 1980, na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), com a contratação de técnicos individuais para compor a equipe, enquanto aguardavam a convocação do concurso. Vieira (2015), sobre essa temática, coloca alguns pontos:

[...] Não havia equipes para viabilizar o conjunto novo de intervenções. A solução encontrada foi a contratação de técnicos, com contratos específicos, para compor a equipe técnica regionalizada. Alguns identificam essa ação como a origem da terceirização, mas há que se considerar que havia a perspectiva de reforço das equipes regionais, que permaneceram com o papel de definidores e condutores da política, diferente do que se observou nos governos posteriores [...] (VIEIRA, 2015, p. 62).

Com a entrada de recursos oriundos dos organismos internacionais a terceirização toma outro rumo, sendo justamente no último ano da gestão da prefeita Luiza Erundina, o primeiro convênio assinado com o Bird para realização de obras na represa Guarapiranga, no entanto, subordinado diretamente ao gabinete da Sehab, e só a partir de 2013 vai ser tocado por uma equipe regional da Habi, conforme explicitado por uma das participantes na pesquisa.

Um pouco antes da entrada do Maluf, alguns anos antes, dois anos antes [...] já existia uma terceirização do trabalho social no Programa Guarapiranga, que não era nem Mananciais ainda, era só represa

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Guarapiranga. Esse programa ficava diretamente ligado ao gabinete do secretário. [...] EP3

Essas transformações neoliberais sobre o espaço urbano em São Paulo, encontrou bases para sua solidificação, durante a gestão do prefeito Paulo Maluf (1993-1996).

Associa-se a essa questão a perseguição e alijamento que administração pública na gestão do prefeito Paulo Maluf fez em relação aos funcionários públicos, principalmente aos assistentes sociais na Sehab.

A terceirização no trabalho social em habitação no município, ocorreu com a contratação através de processo licitatório da figura da gerenciadora social, onde se percebe a gestão pública aderindo fortemente aos ideários neoliberais, principalmente com o enxugamento da intervenção do Estado na execução das políticas públicas. Além disso, estimula-se fragilização das organizações dos trabalhadores, bem como se reforça o Estado patrimonialista, pois as contratações e a execução de serviços ficam mais vulneráveis ao uso de práticas clientelistas e nepotistas.

Nas narrativas das participantes na pesquisa, percebe-se, no pós-gestão da prefeita Luiza Erundina, o quanto foi destruído e desvalorizado o trabalho social que vinha sendo realizado junto às comunidades e/ou movimentos organizados e como os assistentes sociais eram submetidos a todo tipo de constrangimento, por outro lado era passado para as terceirizadas uma imagem de que nunca existiu um trabalho social, pois as informações, os registros dos programas e das várias ações que foram realizadas junto aos territórios não foram transmitidos.

O neoliberalismo, que incide sobre o cenário urbano no início da década de 1990, nos anos 2000 ocorre de forma intensa e acentua, do mesmo modo, o processo de revalorização do espaço. No que tange às propostas de intervenção urbana e programas habitacionais, observamos na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004) uma continuidade, no entanto, com mudanças na forma de coordenar e acompanhar o trabalho social, tanto no seu desenvolvimento interno como nos territórios junto às comunidades e movimentos de moradia, mas também na

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



supervisão do trabalho. Começa a ter uma avaliação de que a terceirização acima de tudo tem um viés ideológico de quem está no comando administrativo em consonância com os ideários neoliberais.

Numa das narrativas de uma das participantes na pesquisa, observa-se essa mudança de postura.

Então a minha crítica existe em relação, sim, a essa intensificação que houve, por necessidade, não só por necessidade, é uma posição política, é evidente, de aumento de terceirização. Isso é também uma discussão de fundo político, óbvio, tem um aumento da terceirização, isso é uma característica dos anos 90 para cá, a gente sabe disso, a mudança toda do mundo do trabalho, essas coisas todas. E a outra questão é a gente ter se preparado mais ou melhor, para poder solicitar os serviços que nós então, enfim, éramos responsáveis, porque, afinal de contas, era um serviço para o povo, feito por um órgão público. [...] Tivemos muitos problemas, muitos problemas, mas internamente nós tivemos também os nossos problemas. Isso foi uma coisa que me marcou muito. EP4b

Percebe-se que nesse momento histórico, mesmo numa gestão de cunho democrático, a terceirização avançou em todos os programas municipais. O diferencial é que nessa gestão o corpo técnico concursado ou aqueles que possuíam cargos de chefia tomaram para si a coordenação, a organização e o acompanhamento do trabalho social que era desenvolvido nas regionais, mas também na relação direta com os coordenadores da gerenciadora social, junto aos técnicos no desenvolvimento do trabalho.

Na gestão da prefeita Marta Suplicy, a administração pública estava totalmente esvaziada, tanto em relação aos funcionários concursados como ao fato de não possuir equipamentos (computadores, mobiliários etc.). Mesmo com toda situação caótica que estavam vivenciando, apresentava-se para essa equipe alguns entendimentos divergentes quanto como deveria ser a execução desse trabalho, ocorrendo inclusive divergências na forma de trabalhar com a gerenciadora, pois, para alguns, essa situação não mudaria. Esses funcionários e as alternativas que a gerenciadora dispunha (empréstimos de equipamentos, carros, material de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



escritório etc.), sem contar a equipe técnica, deveriam ser utilizados da melhor maneira

Nas gestões municipais dos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta, a escolha direcionada à ideologia econômica e política da produção capitalista no contexto neoliberal de terceirização. Verifica-se aí a privatização dos serviços, o aprofundamento da desigualdade social, o esvaziamento da responsabilidade reguladora do Estado e a diminuição do número dos funcionários efetivos e em contrapartida o aumento da terceirização. Por outro lado, nas gestões municipais das prefeitas Luiza Erundina (1989-1992) e Marta Suplicy (2001-2004) percebe-se notadamente o quanto a escolha é pelo fortalecimento do Estado enquanto principal ente regulador financeiro e executor da política habitacional.

A percepção de algumas participantes na pesquisa que atuaram diretamente em Habi-Sehab permite admitir que nas diferentes gestões existia um projeto político em disputa, e que essas escolhas tiveram impacto direto na atuação das assistentes sociais efetivas na realização da política habitacional, principalmente a partir da contratação da gerenciadora social, pois essas foram impedidas de exercer suas funções com a população, mesmo com toda experiência adquirida durante anos de trabalho na construção da política habitacional junto à população nos territórios.

As narrativas das participantes, demonstraram as tensões e conflitos que existiram em cada gestão municipal, intensificadas com a interferência direta dos gestores, correspondendo inclusive ao período em que se fortalece o protagonismo da gerenciadora social, a qual passou a ter uma maior autonomia sobre a gestão do trabalho social desenvolvido na política habitacional na Habi-Sehab.

Constatou-se a presença do trabalho social como componente da política habitacional, antes de 1989, no entanto percebe-se que, a depender da gestão municipal, esse componente deixa de existir, assim como o desenvolvimento de uma política habitacional inclusiva, na qual a participação da população e também dos movimentos de moradia é elemento constitutivo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Revelou-se o papel de destaque para o trabalho social, que mesmo diante das contradições enfrentadas pelos profissionais que o realizam, em especial, os assistentes sociais, os quais enquanto trabalhadores compõem “a classe que vive do trabalho”, nas palavras de Antunes (2009) e reafirmado por Raichelis (2018), enfrentam em seu cotidiano os dilemas de trabalhar para o Estado em distintos contextos políticos e econômicos e na perspectiva de garantia do acesso das famílias a seus direitos constitucionalmente assegurados.

O processo de terceirização dos serviços, como se vê em outras políticas públicas, também se repete na política habitacional. As grandes empreiteiras passam a tomar conta do processo construtivo, desde o planejamento até sua execução, influenciando diretamente na composição do quadro dos servidores públicos em São Paulo, iniciando na Gestão Paulo Maluf (1993-1996), intensificando-se na gestão Celso Pitta (1997-2000), elevando a “gerenciadora social” como figura protagonista e relacionada ao modelo estruturado de gerenciamento de obras, em que o trabalho social, passa a ter “um conjunto de mecanismos de controle e monitoramento, planilhas de registro de trabalho em campo, relatórios das atividades, planilhas de controle de horas por tipo de atividade, entre outros” (VIEIRA, 2018, p. 214).

Essa nova forma de enxergar a realização do trabalho social vai trazer outra dimensão, que é de subdivisão de atividades, mensuração do tempo utilizado na realização das atividades, passando a ser um novo e importante indicador no processo de avaliação do trabalho desenvolvido. O trabalho social passa a ser acompanhado e avaliado nos moldes da execução de obras.

Identificamos em duas gestões municipais (Luiza Erundina – 1989-1992 e Marta Suplicy – 2001-2004), ambas do PT, que o desenvolvimento da política habitacional ocorreu junto com os movimentos organizados, ou seja, a política além de estar direcionada à população periférica contava com os movimentos de moradia como sujeitos coletivos na elaboração e implementação dos programas e projetos habitacionais.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), não presenciamos o fim do trabalho realizado pelos funcionários contratados pela gerenciadora social, mas nessa gestão tem-se uma diretriz intencional de recuperação do papel do Estado, em que se reorganizam as ações do trabalho social. Além do redimensionamento das equipes técnicas sociais, anteriormente desmontadas, é retomada a regulação do trabalho terceirizado, desde o conhecimento dos termos do contrato firmado com a gerenciadora, a realização de supervisão e o acompanhamento do trabalho social. A relação que se estabelece parte da explicitação dos papéis e competências de todos os atores envolvidos (gestor público/Habi-Sehab/gerenciadora social, funcionários efetivos/terceirizados) na execução da política habitacional no município.

4 CONCLUSÃO

A terceirização, como diz Antunes (2015), é um processo que aliena e fragmenta a classe trabalhadora e percebemos o quanto isso ocorreu nas gestões dos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta. No entanto, na gestão da prefeita Marta Suplicy, identificamos como as profissionais realizam um movimento para retomarem enquanto profissionais efetivos o papel de reguladores da política habitacional com direcionamento do trabalho. As marcas dessas tensões ficam evidenciadas.

A política pública e o papel do Estado foram alterados de forma a penalizar a classe trabalhadora e os assistentes sociais enquanto parte da classe trabalhadora, que vive de vender a sua força de trabalho, foram atingidos de duas formas: i) com a presença dos terceirizados, que se submetiam ao mando e desmando dos interesses do sistema capitalista, tendo muitas vezes que lidar nesse processo de competição com várias desigualdades, desde salarial à própria insegurança, pois poderiam ser demitidos a qualquer momento; ii) alijamento dos locais de trabalho e impedimento dos funcionários públicos efetivos de exercer suas funções na política

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

habitacional nos territórios, fazendo-os vivenciar as piores situações, apesar de não poderem ser demitidos pois tinha estabilidade estatutária.

Ambos foram vítimas de um processo que fragmenta e cria falsas tensões, quando na verdade o que ocorre são disputas de projetos políticos elaborados pelos próprios gestores que defendiam ideias neoliberais.

É extremamente necessário e urgente, para o andamento das atividades cotidianas do trabalho social, que os trabalhadores do Serviço Social – e das demais áreas que compõem as equipes – tenham o entendimento de que no cotidiano da ação estão assumindo o papel de mediadores de direitos das políticas sociais e, portanto, necessitam adotar um “lado” nessa luta tão desigual, na qual todos, inclusive os próprios trabalhadores sociais, estão no bojo da escassez econômica para as políticas públicas e, agora, correndo risco de vida, dada a ampliação das condições precárias para o desenvolvimento do trabalho profissional.

Em relação a terceirização dos serviços e contratação de funcionários, constata-se que, embora com algumas diferenças, ocorreram em todas as gestões

E por fim, entendemos e defendemos que ser assistente social é se apropriar de um mundo que trata com indiferença as múltiplas expressões da questão social. É poder avançar, ainda que em um cotidiano árduo, perverso e excludente, ir além do aparente, superar o objeto desvendado através de uma postura ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa voltada à garantia de direitos. É não se conformar ou naturalizar os acontecimentos do cotidiano.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**. Ensaios de Sociologia do Trabalho. 2ª. Ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. **Terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra**. O Social em Questão, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015. Disponível

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_1_Antunes_Druck.pdf.
Acesso em: 30 nov. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos MARE da Reforma do Estado**. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CARRELI, R.L. **Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil**. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2014**: estado, planejamento e políticas públicas. Volume 2. Editores: Leonardo Monteiro Monasterio, Marcelo Côrtes Neri e Sergei Suarez Dillon Soares. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24160. Acesso em: 30 nov. 2021.

PAZ, Rosângela D. O. da; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Conceitos básicos para intervenções habitacionais**. In: Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social. Ministério das Cidades. Curso a Distância, 2010.

RAICHELIS, R. O trabalho social na esfera estatal. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SILVA, A. A. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VIEIRA, N. P. **O trabalho do assistente social nos processos de remoção de moradias**: atualizações de antigas requisições. 2015. 241 f. Tese (Doutorado em

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17733>. Acesso em: out. 2021.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, v. 2, n. 3, 2001, p. 33-40. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/838>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

